

## ***Uma Introdução ao Estudo da Conversão e das Práticas Mágicas na Inglaterra Anglo-Saxônica***

Prof. Ms. Elton O. S. Medeiros

Doutorando em História Social USP  
Bolsista Fapesp  
[cosmedeiros@hotmail.com](mailto:cosmedeiros@hotmail.com)

### **Resumo**

O estudo das práticas mágicas e da religiosidade popular durante a Idade Média é uma área de estudo que tem atraído a atenção de novas gerações de historiadores. Entretanto, o estudo voltado para a Alta Idade Média ainda é muito pouco explorado, devido à falta de fontes escritas. Isto é claramente observado quando se trata da Inglaterra entre os séculos V e XI. Assim, através deste artigo pretendemos apresentar uma introdução a este campo de estudo por meio dos principais elementos da religiosidade laica do período, suas manifestações e tentativas de repressão.

Palavras-chave: Religiosidade, Inglaterra, Anglo-saxões

### **Abstract**

The study of magical practices and popular religion during the Middle Ages is an area of study that has attracted the attention of new generations of historians. However, the study focused on the Early Middle Ages is not largely explored, due to the lack of written sources. This is clearly observed when one deals with England between the fifth and eleventh centuries. Therefore, through this article I intend to present an introduction into that field of study by taking into consideration the main elements of the lay religiosity of that period, its manifestations and the intentions to repress it.

Keywords: religiosity, England, Anglo-Saxons

## 1. Problemas iniciais

Um campo de estudo ainda pouco explorado dentro do período da Alta Idade Média inglesa diz respeito às práticas religiosas populares e mágicas. Desde o século XIX que ao tratar sobre o assunto, costuma-se utilizar velhos estereótipos de pesquisa, como por exemplo: a persistência ativa do paganismo dentro da sociedade anglo-saxônica ou até mesmo a possibilidade da existência de cultos pagãos organizados; o que nada mais são do que meras elaborações e idealizações fruto da tradição romântica oitocentista (Nogueira 2004: 104). De forma geral, tais tipos de conjecturas costumam partir de pressupostos pré-determinados que ignoram todo o contexto no qual se insere a documentação existente, o que naturalmente dá margem às diversas interpretações errôneas que até hoje permeiam o meio acadêmico.

Desta maneira, neste trabalho tentaremos abordar de forma geral alguns dos principais elementos que caracterizaram a sociedade anglo-saxônica no que diz respeito a suas práticas religiosas populares, e de que forma e até que ponto podemos dizer ter existido uma persistência pagã dentro da mesma, tendo como principal enfoque a documentação escrita do período.

Uma das primeiras coisas a se ressaltar é o fato de ser muito comum dentro dos estudos sobre a religiosidade e as práticas mágicas na Inglaterra anglo-saxônica pré-cristã, a utilização de descrições encontradas no mundo céltico e germânico continental ou ainda nas sociedades escandinavas. Entretanto, tal uso pode levar a conclusões equivocadas. Apesar de sua contemporaneidade e similaridades, ainda assim se tratam de exemplos de sociedades distintas à sociedade anglo-saxônica (Crawford 1963: 99).

Como em outras culturas, o principal problema ao se trabalhar com esta temática na Inglaterra deste período é o de existir muito pouca documentação, sendo a maior parte dos indícios de natureza arqueológica. Porém, dentre as poucas fontes escritas que podemos consultar, temos a famosa obra do Venerável Beda: *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*. Contudo, mesmo a obra de Beda deve ser lida com cautela, uma vez que seu relato é construído com a intenção de reverenciar o passado do povo anglo-saxão, da Igreja e o de criar um ideal de uma nação unida perante Deus e inspirada nos relatos sobre os pagãos no Mediterrâneo (Niles 1994: 128). Cautela semelhante devemos tomar também ao utilizar a *Germânia* de Tácito para estudarmos o mundo germânico no continente, uma vez que sua descrição da sociedade das tribos bárbaras seria uma construção com o objetivo de exaltação moral das mesmas e de estabelecer um contra-ponto frente ao que ele considerava ser a decadente sociedade romana (Momigliano 2004: 157-186). Ainda assim, a partir de Beda podemos ter uma visão geral de como poderia ter sido o mundo anglo-saxão durante o período da chegada dos primeiros missionários cristãos à ilha da Bretanha.

## 2. O processo de cristianização e a importância da figura régia

Ao que parece, havia sim um conjunto de práticas pagãs estabelecidas entre os anglo-saxões<sup>1</sup>. Mas não podemos afirmar com certeza de que forma e de que maneira tais práticas estariam organizadas. Não podemos afirmar também que eles possuísem sacerdotes para seus ritos pagãos. O mais provável é de que possuísem “curandeiros”, pessoas instruídas em práticas voltadas para o tratamento físico e espiritual de pessoas e animais. Já os grandes ritos e práticas que envolvessem toda a comunidade seriam desempenhados por líderes locais e pela figura do rei (Niles 1994: 128), que desempenha um papel fundamental durante o processo de conversão ao cristianismo.

O processo de cristianização na Inglaterra, diferente de alguns casos no continente (como o que ocorreu com os saxões por Carlos Magno) não se deu, de modo geral, de forma violenta e conflituosa. Muito pelo contrário, o que acabou proporcionando um certo amálgama de tradições, que já é registrado por Beda ao relatar a carta enviada aos missionários na Inglaterra, no ano de 601, pelo papa Gregório o Grande. Nesta carta é dito para que os missionários se apropriassem dos locais sagrados dos pagãos e de suas práticas e as utilizassem em prol da fé cristã:

... chegamos a conclusão de que os templos dos ídolos pagãos entre aquele povo não devem ser destruídos em hipótese alguma. Os ídolos deverão ser destruídos, mas os templos deverão ser aspergidos com água benta, os altares montados dentro deles e relíquias depositadas lá. Pois se esses templos são bem construídos, eles devem ser purificados da adoração dos demônios e dedicados ao serviço do verdadeiro Deus. Desta forma, nós esperamos que o povo, vendo que seus templos não estão destruídos, possam abandonar seu erro e, se reunindo mais rapidamente em seu local familiar, possam vir a conhecer e adorar o verdadeiro Deus. E uma vez que eles tenham o costume de sacrificar muitos bois para os demônios, deixe que outra solenidade a substitua, como o dia (...) dos Santos Mártires cujas relíquias estão abrigadas lá. (...) Eles não mais irão sacrificar animais ao Demônio, mas eles podem mata-los como alimento para venerar Deus, e dar graças ao Doador de Todas as Dádivas pela abundância que eles desfrutam.<sup>2</sup>

Como podemos ver, a conversão deveria se dar de maneira que as populações pagãs passassem naturalmente para a nova fé (Fletcher 1999: 253-255). Mas não apenas locais e práticas seriam adaptadas à nova doutrina, e este é um dos elementos de grande importância para o fenômeno de conversão; as terminologias utilizadas pelas populações convertidas também seriam adaptadas, o que foi um dos principais veículos para este processo. Com a conversão vamos encontrar termos que antes eram empregados para significar “sacrifício” (*husl*, *huslian*), mas agora empregados num contexto cristão, referente à cerimônia cristã. Desta forma, ainda ocorrem as entregas de oferendas nas missas, o que manteve a familiaridade para os conversos com os antigos cultos de seus ancestrais (Chaney 1999: 69-70)<sup>3</sup>.

Outro elemento fundamental durante a cristianização da Inglaterra foi a importância da figura régia dentro desta sociedade que (segundo a terminologia utilizada pelos historiadores ingleses), entre outras coisas, possui a chamada *mana*, o “poder”, que mais tarde acabará se unindo a idéia do dom divino cristão (Chaney 1999: 55-56).

Teremos também nesse período uma fusão das imagens do templo pagão, do salão real e do templo cristão. Essas três figuras se mesclam, o que fez com que as primeiras igrejas anglo-saxônicas tivessem um aspecto semelhante aos salões reais. E com razão seria possível tal referência uma vez que dentro dessa construção de idéias, Deus é o “monarca celeste”, e nada mais natural que seu templo-morada fosse um salão real (Chaney 1999: 76-77). É interessante observarmos que na Inglaterra teria ocorrido um fenômeno singular durante a cristianização. Como dissemos anteriormente, não existem grandes conflitos entre cristão e pagãos, muito pelo contrário. Um exemplo vivo de como se deu essa união de elementos cristãos dentro de um mundo germânico foi o rei Oswald da Northumbria. Oriundo de uma linhagem de reis pagãos, mas ele mesmo um converso. Entretanto, mesmo cristão, mantinha certas práticas pagãs, como a postura em que se colocava em suas orações (sentado com as mãos sobre os joelhos e as palmas para cima) o que remetia a uma prática de cultos pagãos (Chaney 1999: 116-117).

A conversão ao cristianismo, ao menos na Inglaterra, não se deu por simples comparações e similaridades entre as duas tradições, mas sim por uma aceitação e

integração ao contexto sócio-político do universo germânico anglo-saxão. Contudo, para que isso viesse a ocorrer, devemos atentar para a importância da imagem do rei dentro deste momento de conversão.

Segundo a tradição pagã germânica, os deuses (e mais tarde Deus) são, antes de qualquer coisa, os deuses do rei, que é responsável pelo bem estar de seu grupo. Isto acabava sendo refletido em situações onde reis conversos mantinham governos cristãos, mas bastava que o rei se afastasse do cristianismo para que o paganismo voltasse com força (Chaney 1999: 156-161). O ponto central não era apenas a conversão da população, mas sim daquele que era o vínculo entre o terreno e o sagrado: o rei. Ao convertê-lo, por conseguinte, sua tribo também acabaria por se alinhar à fé de seu senhor. Assim, segundo consta nos códigos do rei Æthelred II<sup>4</sup>, um rei cristão é o escolhido, o representante de Cristo na terra (*Cristes gespelian*) entre os cristãos:

Assim como o rei pagão, o representante dos deuses entre o povo, era responsável pelo bom relacionamento da tribo com o divino, assim seu sucessor cristão continua com a mesma função posteriormente (Chaney 1999: 65-67, 185-186)<sup>5</sup>.

Podemos ver essa tradição em torno da figura régia durante o cristianismo, onde: “*O rei, ao contrário de um homem individual, é in officio o tipo e imagem do Ungido no céu, e conseqüentemente, de Deus*” (Kantorowicz 1998: 51-52 e 56).

Através deste modelo de identificação da imagem do rei e de Cristo, temos uma permanência, a continuidade de uma tradição que remonta aos tempos pagãos e que se adapta com a cristianização (Chaney 1999: 197). Com o tempo, o rei perde um pouco de seu poder ao dividi-lo com a Igreja; mas mesmo assim, continua como o mediador entre o povo e a divindade. Desta forma, não há uma forte diferenciação entre pecados e crimes, a autoridade régia acaba tendo influência nas duas esferas (Chaney 1999: 234-235). Um exemplo disso pode ser encontrado nas leis de Æthelred II (VIII Æthelred, parágrafo 2.1) (Whitelock 1955: 411): “Pois um rei cristão é o representante de Cristo em meio ao povo cristão, e ele deve vingar com muito zelo qualquer ofensa contra Cristo”.

Por meio do exemplo da figura régia, podemos notar que havia a preocupação em se manter a continuidade do sagrado dentro desta sociedade. Além disso, a maneira pela qual se deu a conversão não trazia uma grande preocupação com um maior aprofundamento do cristianismo dentro da sociedade. Um pouco diferente do que é de costume, durante a catequese elementos vétero-testamentários tiveram um destaque muito maior do que os Evangelhos.

Quando da cristianização dos anglo-saxões, podemos perceber uma clara identificação, ou “predileção”, do período para com o Velho Testamento, em especial com os seus reis<sup>6</sup>, lutando contra os inimigos de Deus. O que de certa forma se encaixava bem com a imagem germânica do confronto dos homens e dos deuses contra os malignos gigantes (Mayr-Harting 1994: 220) e uma possível identificação com as tribos de Israel e com sua sociedade, muito mais do que com a sociedade de Roma (Chaney 1999: 174). Um bom exemplo da maneira como esta identificação se deu na Inglaterra, seria por meio da construção da figura de Deus neste processo de conversão.

Por toda a documentação anglo-saxônica (seja ela em prosa ou em verso) o termo mais comum empregado a Deus é a palavra anglo-saxã *God* (o Deus cristão); mas além dessa denominação, existem outras referências a Ele como: *lorde (frea, dryhten)*, governante ou líder (*waldend*), líder dos homens (*fira waldend*), senhor da glória (*wuldres waldend*), rei da glória (*wuldur cyning*), líder das vitórias (*sigora waldend*), rei das vitórias (*sigora soðcyning*), entre outros (Chaney 1999: 46-52)<sup>7</sup>. Podemos observar

essa imagem germanizada de Deus em dois exemplos da poesia anglo-saxônica (entre outros); como nos versos de abertura do poema *Gênesis* (onde encontramos uma importante imagem de Deus, sendo citado como “Senhor dos Exércitos”)<sup>8</sup> e no *O Hino de Cædmon*, atribuído por Beda à figura lendária do poeta e pastor Cædmon<sup>9</sup>:

Nu we sculon herian      heofonrices Weard,  
Meotodes meahte      and his modgeþanc,  
weorc Wuldor-Fæder,      swa he wundra gehwæs,  
ece Dryhten,      or onstealde.  
He ærest scop      ielda bearnum  
heofon to hrofe,      halig Scieppend;  
þa middan-geard      manncynnes Weard,  
ece Dryhten,      æfter teode,  
firum foldan,      Frea eallmihtig.

[Agora nós devemos reverenciar o Guardiã do reino dos céus, o poder do Criador e a vontade de seus pensamentos, o trabalho do Pai da glória, como Ele, o Senhor eterno, estabeleceu o início de toda maravilha. Ele, o Criador sagrado, primeiro criou o céu como um telhado para os filhos dos homens; então o Guardiã da humanidade, o Senhor eterno, o Senhor todo-poderoso, mais tarde preparou o mundo, a terra-média] (*O Hino de Cædmon*)<sup>10</sup>

Temos também um ótimo exemplo dessa apropriação da figura divina na oração do “Pai-Nosso”, no poema *Heliand*<sup>11</sup>:

Fadar ūsa | firiho barno,  
thu bist an them hōhon | himila rīkea,  
geuūhid sī thīn namo | uuordo gehuūilico.  
Cuma thīn | craftag rīki.  
Uuerða thīn uuilleo | oþar thesa uuerold alla,  
sō sama an erðo, | sō thar uppa ist  
an them hōhon | himilo rīkea.  
Gef ūs dago gehuūilikes rād, | drohtin the gōdo,  
thīna hēlaga helpa, | endi alāt ūs, heþenes uuard,  
managoro mēnsculdio, | al sō uue ôðrum mannum dōan.  
Ne lāt ūs farlêdean | lēða uuihti  
sō forð an iro uuilleon, | sō uui uuirðige sind,  
ac help ūs uuiðar allun | ubilon dādium.

[Pai nosso, filhos dos homens, Tu está no alto reino celeste, Santo seja Teu nome em cada palavra. Possa Teu poderoso reino vir. Possa Tua vontade ser feita sobre todo este mundo, assim na terra como é lá nas alturas do alto reino celeste. Nos dê apoio<sup>12</sup> a cada dia, bom Lorde, Teu sagrado auxílio, e nos perdoe, Guardiã do Céu, nossos muitos crimes, assim como nós fazemos a outros seres. Não permita que pequenas criaturas malignas<sup>13</sup> nos desviem para fazer suas vontades, como nós merecemos, mas nos ajude contra todos os atos malignos.] (*Heliand*, vv. 1600-1612).

O que podemos ver são referências de um âmbito político e guerreiro da sociedade, atribuídos à figura divina. O que temos aqui então é a adaptação de termos antes atribuídos à estrutura social anglo-saxônica agora aplicados para o âmbito do universo religioso e do sagrado. Estes tipos de “adaptações” são comuns, não apenas na Inglaterra, mas também por toda a cristandade.

### 3. A repressão de práticas mágicas

A transformação da imagem régia de um mundo pagão ao cristão é um grande e importante exemplo das transformações do “mundo do sagrado” na Inglaterra anglo-saxônica, mas não o único. O mesmo ocorre com outras imagens e termos, que acabam por ser “desnaturalizados” de seus significados originais (pré-cristãos) e acabam por se adequar ao novo contexto que surge. Seus significados originais se perdem e acabam tomando novos formatos. Poderíamos dizer que o que antes fazia parte dos elementos de uma suposta “religiosidade pagã”, com o advento do cristianismo, acaba se tornando parte integrante das práticas populares, e porque não dizer folclóricas, da sociedade (principalmente laica, seja ela aristocrática ou não). Outro exemplo interessante da conversão na Inglaterra da Alta Idade Média é o que diz respeito ao que poderíamos chamar de “encantamentos” ou simplesmente como práticas mágicas.

Antes de falarmos das práticas mágicas propriamente ditas, seria interessante observarmos o que dizem as leis anglo-saxônicas sobre a existência das mesmas. Primeiramente, devemos identificar o que seriam as tais práticas mágicas que poderiam existir na Inglaterra.

Segundo a documentação existente, a maior parte do que poderia ser classificada como prática mágica, diz respeito a funções medicinais para pessoas e animais, a utilização de ervas e o que poderíamos caracterizar como “funções benignas”. Ao mesmo tempo, através de toda a documentação legislativa não encontramos nenhum tipo de menção ou proibição a tais práticas. Por outro lado, o que vamos encontrar serão leis que buscam reprimir práticas que sejam claramente contrárias à doutrina e ao mundo cristão. Principalmente práticas pagãs que envolvam o malefício a outras pessoas. Assim, uma das primeiras conclusões que podemos tirar é de que a principal preocupação dentro da sociedade não é a existência ou não de práticas mágicas, mas sim a ameaça que elas podem ou não representar à fé cristã<sup>14</sup>.

Uma das primeiras leis anglo-saxônicas a este respeito é do rei Withred (c. 695):

12. Se um marido faz sacrifícios aos demônios sem o conhecimento de sua esposa, ele estará sujeito a pagar com todos os seus bens e *healsfang*<sup>15</sup>; se os dois fizeram sacrifícios aos demônios, eles estarão sujeitos a pagar com o *healsfang* e com todos os seus bens.

13. Se um escravo fizer sacrifícios aos demônios, ele deverá pagar seis shillings de compensação ou ser açoitado. (Whitelock 1955: 363)

Como podemos ver, não há menção objetiva a práticas que poderiam ser consideradas com feitiçaria, como malefício, a outra pessoa. O enfoque está na adoração de demônios, o que podemos sugerir tratar-se talvez da adoração de antigas divindades e entidades dos tempos pré-cristãos. Entretanto, é com as leis do rei Alfred (c. 871-899) que surge uma das primeiras leis visando não simplesmente o culto, mas claramente aqueles que praticam e se utilizam da feitiçaria<sup>16</sup>, com uma clara inspiração bíblica<sup>17</sup>: “30. As mulheres que desejam praticar encantamentos, e feitiçarias, e bruxarias, não permitam que elas vivam.” (Whitelock 1955: 373)

Alfred é o primeiro a elaborar uma lei claramente contra pessoas (mulheres) que se utilizam de práticas mágicas condenáveis e que as sentenciam a morte por isso. Entretanto, no governo de seu neto Athelstan (c. 924-939), é elaborada uma lei mais detalhada sobre a bruxaria:

6. A respeito de bruxaria. E nós nos pronunciamos em relação a bruxaria e feitiçarias e tentativas secretas contra a vida<sup>18</sup>, que, se alguém for morto dessa forma, e ele (que a praticou) não puder nega-la, será posto um fim a sua vida.

6.1. Se, entretanto, ele quiser negar o fato, e se submeter às ordálias, ele permanece 120 dias na prisão; e seus parentes vão então tira-lo de lá e pagar 120 shillings ao rei, e pagar o wergeld aos parentes (da pessoa morta), e ficar claro para ele que desistirá de tal prática para sempre. (Whitelock 1955: 383)

Já no início do século XI, surgem novas leis contra práticas pagãs no governo do rei Æthelred II (c. 978-1016). Tais leis aparecem em seu código de 1008 (também conhecido como “V Æthelred”):

1. (...) nós todos devemos amar e honrar um Deus e zelosamente manter uma fé cristã e abolir completamente todas as práticas pagãs (...)
2. E este é o decreto de nosso senhor e seus conselheiros que nenhum cristão e homens inocentes de culpa serão vendidos para fora do reino, e especialmente não entre os pagãos (...)
34. Nós devemos todos amar e louvar um Deus e abandonar completamente as práticas pagãs. (Whitelock 1955: 405-409)

Aliado às estas leis de Æthelred II, temos também as leis de Cnut o Grande (c. 1016-1035). Elas seguem o mesmo contexto das leis de seu antecessor. Uma das primeiras menções às práticas pagãs aparece no prefácio de seu código de 1018, onde ele diz que devemos “*manter uma fé cristã e diligentemente evitar todas as práticas pagãs*”. Entretanto, vai ser em suas leis de 1020-1023 que a repressão às práticas pagãs se torna mais proeminente:

5. E nós veementemente proibimos todas as práticas pagãs.
- 5.1. É uma prática pagã se alguém venera ídolos, se alguém venera deuses pagãos e o sol e a lua, o fogo ou as correntes d’água, fontes ou pedras ou qualquer tipo de árvore da floresta, ou se alguém pratica bruxaria ou provoca a morte por quaisquer meios, tanto por sacrifício ou adivinhação, ou participa de alguma forma destas falsas crenças. (Whitelock 1955: 420)

Vamos encontrar leis muito semelhantes entres os clérigos da Northumbria no mesmo período. Fruto, provavelmente, da influência das leis de Cnut. Algo que devemos ressaltar sobre as leis de Æthelred II e Cnut, no que diz respeito às leis contra práticas pagãs, é de que a presença da segunda onda invasora escandinava na Inglaterra pode ter contribuído para isso de certa forma. A Escandinávia só foi cristianizada por volta do ano mil. Logo, é provável que muitas práticas pagãs ainda fizessem parte do cotidiano dos invasores nórdicos que chegaram na Inglaterra a partir de fins do século X.

Como podemos ver, ao longo da história da Inglaterra anglo-saxônica, houve claramente a intenção de reprimir o uso de práticas que de alguma forma aviltassem a fé cristã, seja através da idolatria ou do malefício contra outros membros da comunidade. Infelizmente, diferente das leis que as reprimiam, nenhum documento descrevendo estas práticas sobreviveu até o presente.

#### **4. Religiosidade popular e as práticas mágicas**

Como já dissemos, nem todas as práticas mágicas eram consideradas perigosas e reprimidas. Enquanto temos leis contra o culto de deuses pagãos e práticas anticristãs, vamos encontrar outras práticas que não apenas mesclavam elementos pagãos e cristãos como não eram proibidas. Podemos assumir que o mais adequado seria dizer que estas práticas eram “toleradas” dentro do mundo cristão da Inglaterra anglo-saxônica.

Assim como usamos o exemplo de como a imagem régia se transforma e se adapta ao longo do processo de conversão da Inglaterra anglo-saxônica, o mesmo acaba por acontecer com elementos do âmbito mais popular da sociedade. Muitas palavras acabam sendo utilizadas dentro de um novo contexto, inclusive para adaptar terminologias vindas da cultura clássica latina. Temos por exemplo a presença da palavra *walcyrge* (que originalmente se referia às entidades sobrenaturais do passado germânico, as *valquírias*) como substituta para termos de origem latina como *eurynis*, *tisifone* e *herenis*. Há mesmo uma frase de uma tradução de um texto que descrevia “feras que tinham olhos de górgonas” como *ða deor habbaþ wælkyrian eagan* (Crawford 1963: 108). A palavra *wælcyrian* também aparece nas leis de Cnut, citadas anteriormente, e também no sermão de Wulfstan<sup>19</sup> (bispo de Londres entre 996-1002, e arcebispo de York entre 1002-1023) ao falar das desgraças que se abatiam sobre a Inglaterra:

Aqui há muitos assassinos de homens e assassinos de parentes, assassinos de clérigos e perseguidores de monastérios, e aqui há perjuradores e assassinos, e aqui há muitas prostitutas e infanticidas e muitos tipos de adultério e fornicção, e aqui existem magos e feiticeiras [*wælcyrian*], e aqui há saqueadores e ladrões (...) um número incontável de crimes (...). (Whitelock 1955: 858-859)

Outras palavras também sofrem o mesmo tipo de efeito. Algo semelhante ocorre com as palavras *wicce* e *wicca*. A palavra *wicca* aparece em algumas leis comumente relacionadas à figura daquele que pratica a feitiçaria, seja ele do gênero masculino ou feminino. A palavra é provavelmente uma contração da palavra *witega* (sábio, profeta) e aparece muito mais do que sua forma feminina *wicce*. Apesar disso, Ælfric de Eynsham (c. 950-1010) em um de seus sermões utiliza o termo *wicca* ao se referir especificamente a mulheres. Ele diz que elas preparam filtros mágicos, adoram árvores, pedras e fontes de água. A respeito de tais filtros, ele alega que:

Us is to secenne, gif we geswencte beoþ, þa bote æt gode, ne æt þam gramlican wiccan”

[Nós devemos buscar, se nós estivermos necessitando, a cura de Deus, não destas malignas feiticeiras.] (Crawford 1963: 111)

Da mesma forma que estas palavras acabam sendo adaptadas, práticas toleradas pela Igreja acabam por incorporar tanto elementos cristãos quanto pagãos. Nestas práticas, quase sempre voltadas a técnicas medicinais, abundam apropriações do passado germânico. Um dos principais exemplos deste tipo de elaborações é a benção dos campos conhecida como *Æcerbot*. Dentre as instruções para abençoar os campos para uma boa colheita, está incluso a realização de quatro missas, a oração de dezesseis ou mais “Pai-Nossos”, citações aos quatro evangelistas e outras diversas orações, além de uma invocação de perfil que com certeza tem suas raízes nos tempos pagãos: “*Erce, Erce, Erce, eorðan modor*” [Erce, Erce, Erce, mãe-terra]. Seja lá quem fosse Erce, possivelmente alguma antiga divindade, ela já estava totalmente integrada ao universo cristão, pois o texto continua dizendo que o “Todo-Poderoso, o Senhor Eterno” a abençoasse e assim ela iria garantir um solo fértil novamente (Niles 1994: 136).

Existem outros tipos de benções e poemas envolvendo ervas e sua utilização contra diversos tipos de males como, por exemplo, os “dardos de elfos” (“*elf-shots*”). Existe uma dessas fórmulas de benções, de nome *Wip færstice* [Contra Dor Penetrante], onde aquele que estava promovendo a cura primeiramente falava sobre uma grande



hoste de criaturas que corria por sobre um monte funerário, e então ele anunciava sua intenção de enviar de volta os dardos de “poderosas mulheres” as quais ele mais tarde chama de *hægtessan* [bruxas], que andam na companhia de elfos, todos carregando dardos (Jolly 1996: 139). Por meio deste tipo de prática, o objetivo seria curar uma doença misteriosa que teria sido lançada por criaturas sobrenaturais como os elfos. A idéia seria de que qualquer tipo de doença que surgisse de forma misteriosa ou que não se soubesse ao certo do que se tratava, creditava-se que era fruto dos dardos dos elfos que os atiravam de forma secreta, sem que a vítima tivesse conhecimento. Isto valia tanto para pessoas quanto para os animais. Em geral, tais curas eram compostas de dois elementos: o primeiro sendo a fórmula mágica, onde se realizavam orações e a invocações de elementos do folclore germânico (a exemplo da formula do *Æcerbot*), e depois a aplicação de algum tipo de erva ou até mesmo algum tipo de intervenção “cirúrgica”.

Em tais fórmulas, mesmo quando a presença de elementos claramente pré-cristãos é forte, sua função acaba por ser envolta pelo contexto do mundo cristão. Em outro tipo de fórmula mágica, a pessoa deve anunciar o poder de nove ervas contra veneno, infecção e “os detestáveis que vagam por esta terra”, e invoca a ajuda do Senhor Crucificado, que enviou tais ervas aos sete mundos enquanto esteve pendurado na cruz, e a Woden, que uma vez cortou uma serpente em nove pedaços (Niles 1994: 137). Em geral, tais fórmulas contra doenças provocadas por elfos acabavam por se aproximar e se mesclar com as fórmulas contra possessões demoníacas, pesadelos, loucura, febres e outros males de origem misteriosa que atacavam de forma mais agressiva as pessoas e os animais (Jolly 1996: 135). Na verdade, ao longo da história da Inglaterra anglo-saxônica, a figura dos elfos também passa por uma transformação. De simples entidades sobrenaturais que habitavam as matas e florestas, eles vão se tornando cada vez mais demonizados e se assemelhando a “anjos caídos” (Jolly 1996: 136-137). Podemos ver isso na passagem do poema *Beowulf*, ao falar da origem da linhagem do monstro Grendel:

wæs se grimma gæst    Grendel haten  
mære mearcstapa,    se þe moras heold  
fen ond fæsten,    fifelcynnes eard  
wonsæli wer    weardode hwile  
siþðan him scyppend    forscifen hæfde  
in Caines cynne;    þone cwealm gewræc  
ece drihten,    þæs þe he Abel slog;  
ne gefeah he þære fæhðe    ac he hine feor forwræc,  
metod for þy mane    mancynne fram.  
þanon untydras    ealle onwocon  
eotenas ond ylfe    ond orcneas  
swylce gigantas    þa wið gode wunnon  
lange þrage;    he him ðæs lean forgeald.

[este espírito detestável se chamava Grendel, conhecido andarilho dos ermos, guardião dos pântanos, alagadiços e charcos, em terra de raça monstruosa, infeliz, viveu por um tempo, uma vez que condenado pelo Criador como da raça de Caim; amaldiçoado pelo assassinato, pelo Senhor eterno, que matou Abel; nenhuma alegria por tal crueldade teve; ele foi banido para longe, por Deus, por este crime da presença de outros homens. Dele se originou toda uma prole maligna: gigantes e elfos e os espíritos maléficis, e também os gigantes que lutaram contra Deus por tanto tempo; Ele lhes deu o que era merecido.] (*Beowulf* vv. 102-114)

## 5. Conclusão

Como podemos ver, tanto as fórmulas curativas quanto os elementos da tradição popular do mundo anglo-saxão acabam por se fundir numa única tradição de perfil cristão, mas com elementos que remeteriam ao passado germânico destes povos. Devemos ressaltar que estas fórmulas mágicas envolvendo curas e bênçãos faziam parte do universo cotidiano das pessoas que as usavam. Para elas não havia qualquer tipo de diferença ou estranheza ao se pedir por um solo mais fértil recorrendo ao auxílio da “mãe-terra” sob a proteção de Deus. Como dissemos no início, tais elementos antigos do passado pré-cristão da Inglaterra acabaram por perder seu significado original e passaram a fazer parte do novo contexto cristão que surgiu. Em outras palavras, não podemos falar em “persistências pagãs”, pois isso não existiu. O que podemos dizer é “influências pagãs”, que passaram a integrar a tradição do cristianismo. Talvez este trecho de *Beowulf* sobre a linhagem de Caim e de Grendel possa representar bem a união que ocorreu na Inglaterra anglo-saxônica. Temos os elementos de um mundo de elfos e gigantes, que acaba por ser assimilado completamente dentro da tradição bíblica.

Não vemos na Inglaterra um conflito entre paganismo e o cristianismo. O que temos é um único universo que engloba ambas as tradições, principalmente num nível mais popular da sociedade. Onde a tolerância de certas práticas é permissível (as fórmulas curativas e bênçãos), frente àquelas que iriam diretamente contra a nova fé cristã (como as práticas de idolatria e que envolvessem o malefício de outros, a feitiçaria). Talvez possamos, dentro do contexto da Inglaterra da Alta Idade Média, utilizar a idéia de uma cultura ou religião popular; o que poderíamos até dizer ser possuidora de práticas folclóricas, fruto da mescla de elementos pagãos desnaturalizados de seu sentido original e de um cristianismo que inicialmente não se preocupou em se aprofundar nesta sociedade, mas sim se adaptar a ela.

## Bibliografia

- BEDE. *Ecclesiastical History of English People*. Londres: Penguin, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. O Paganismo Anglo-Saxão: uma síntese crítica. In: *Brathair* 4 (1), 2004, p. 19-35.
- CHANEY, William A. *The Cult of Kingship in Anglo-Saxon England*. Manchester: Manchester University Press, 1999.
- CHICKERING Jr., Howell D. (trad.) *Beowulf*. Nova York: Anchor Books, 1989.
- CRAWFORD, Jane. “Evidences for Witchcraft in Anglo-Saxon England”. In: *Medium Ævum* 32, n°2, 1963, p. 99-116.
- FLETCHER, Richard. *The Barbarian Conversion*. California: Henry Holt, 1999.
- FLINT, Valerie I. J. *The Rise of Magic in Early Medieval Europe*, Princeton: Princeton University Press, 1991.
- GODDEN, Malcolm & LAPIDGE, Michael. *The Cambridge Companion to Old English Literatur*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- JOLLY, Karen Louise. *Popular Religion in Late Saxon England: elf charms in context*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1996.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *Os Dois Corpos do Rei: Um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- KIECKHEFER, Richard. *Magic in the Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1997.

- MAYR-HARTING, Henry. *The coming of christianity to Anglo-Saxon England*. Avon: Penn State Press, 1994.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *As Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Bauru: Edusc, 2004.
- MURPHY, G. Ronald (trad.) *The Heliand*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- NILES, John D. Pagan survivals and popular belief. In: GODDEN, Malcolm & LAPIDGE, Michael. *The Cambridge Companion to Old English Literatur*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 126-141.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. *Bruxaria e História: as práticas mágicas no ocidente cristão*. Bauru: Edusc, 2004.
- WHATKINS, C. S. *History and the Supernatural in Medieval England*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- WHITELOCK, Dorothy (trad. e org.). *English Historical Documents*. Londres: s/ed., 1955.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> BEDA, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, I. 25.

<sup>2</sup> BEDA, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, I. 30. Todas as traduções de fontes documentais presentes neste artigo são de nossa autoria.

<sup>3</sup> Outro elemento fundamental para as sociedades germânicas, é a importância de suas linhagens de seus ancestrais. O fato das linhagens dos reis anglo-saxões remontarem até os antigos deuses germânicos e posteriormente as linhagens bíblicas demonstra bem este sincretismo. Um bom exemplo no continente se deu com o líder frísio Radbod. Segundo o relato, Radbod estaria preste a ser batizado quando perguntou se ao morrer se encontraria com seus antepassados no Céu. Ao ser informado que isso não aconteceria por eles terem sido pagãos, Radbod se recusou, dizendo que preferia ir para o Inferno e se juntar a seus antepassados do que chegar ao Céu sem eles (Fletcher 1999: 239). Ainda em relação à importância dos ancestrais, há uma referência de William de Malmesbury a respeito de uma suposta origem de Scef (figura presente na ancestralidade da linhagem dos reis de Wessex e no poema *Beowulf*) na arca de Noé. Mais um sinal de união das duas tradições (Chaney 1999: 41).

<sup>4</sup> Sendo mais específico, seria no códice VIII Æthelred.

<sup>5</sup> Podemos observar também que o rito de coroação realizado três vezes ao ano (seguindo o calendário pagão, e mais tarde o cristão) representava a confirmação da sacralidade do poder real; o elo do rei entre o povo e a divindade.

<sup>6</sup> Nas leis do rei Alfred o Grande é possível notarmos a influência do Velho Testamento ao utilizar a lei mosaica contra práticas de feitiçaria, como veremos mais adiante (Chaney 1999: 187-188).

<sup>7</sup> Apesar da imagem de Deus como rei seja presente por toda a cristandade, entre os anglo-saxões ela se torna majoritária e central. A imagem da divindade pagã foi aproximada da cristã, promovendo assim uma maior aceitação e menor resistência à nova fé. Por exemplo, a palavra *Frea* teria sua origem no nome do deus Frey, um dos principais deuses germânicos. A palavra *bealdor* (valente), termo muito comum na poesia anglo-saxônica para se referir aos reis e membros da aristocracia, teria sua origem no nome do deus nórdico Balder (o qual também aparece na genealogia dos reis de Wessex como Baeldaeg).

<sup>8</sup> Esta mesma expressão pode ser encontrada no Velho Testamento em Isaias capítulo 6 versículo 3: “*Sanctus, sanctus, sanctus dominus exercituum; plena est omnis terra gloria eius*” [Santo, Santo, Santo é o Senhor dos Exércitos; e todo o mundo está cheio de Sua glória]. Um outro bom exemplo da união dos elementos do passado pagão com o cristianismo se dá no poema *Beowulf*, haja visto as passagens sobre a Criação (vv. 86-98) e a linhagem de Caim (vv. 99-114), e a predileção dos anglo-saxões pelas imagens do Velho Testamento. Além disso, dentro do próprio mundo germânico temos a imagem de Woden/Odin como o *Alfödr* (Pai de Todos), o que pode ter contribuído para certa similaridade com a imagem do Deus

---

cristão. O que teríamos seria talvez a união da figura divina cristã (do Velho Testamento) com a divindade germânica, o que resultaria numa apropriação do aspecto aristocrático e régio da divindade para o universo cristão, enquanto a divindade pagã em si é demonizada (como nos versos 175-188 de *Beowulf*).

<sup>9</sup> BEDA, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, IV. 24.

<sup>10</sup> Fragmento do manuscrito *Kk.5.16, fol.128b* da Biblioteca da Universidade de Cambridge.

<sup>11</sup> O poema *Heliand* foi escrito em saxão-antigo, com aproximadamente 6000 versos. O poema pode ou não ter sua inspiração devido à influência dos missionários ingleses no continente. O importante a se ressaltar é que a obra era conhecida na Inglaterra do século X, sendo a melhor das duas cópias do manuscrito de *Heliand* existentes (a outra seria cópia de Munique) a que foi copiada em Winchester na segunda metade do século X.

<sup>12</sup> Do saxão antigo: *rad* (suporte, apoio, auxílio). O versão original “o pão nosso de cada dia dá-nos hoje” (Mt 6, 11; Lc 11, 3) pode ter sido inaceitável para uma aristocracia guerreira. Por outro lado, eles reverenciariam sem problemas uma figura como um líder guerreiro, seu comandante e senhor, por seu suporte em tempos de guerra e perigo. Esta seria sua principal responsabilidade para com eles em troca de sua lealdade em combate para com ele. Deus, como “Líder de Todos os Homens” é concebido justamente dessa forma proto-feudal de relacionamento: nós prestamos nossa lealdade a Ele, e em troca Ele nos protege das ameaças do mal. Este quadro se encaixa exatamente na imagem poética anglo-saxônica, como podemos observar (Murphy 1992: 55).

<sup>13</sup> O poema diz *lêða uuhti* [“criaturas (ou coisas) malignas”], o que pode remeter às antigas crenças em seres furtivos e maus que atormentavam os homens, comumente representados na Inglaterra como o *ælf* [elfo]. Elas também são citadas no poema *Beowulf* como seres malignos e pertencentes à linhagem de Caim. A crença em tais criaturas é que dá origem aos chamados “elf-shots” [“setas de elfo”], como veremos adiante.

<sup>14</sup> O conceito de magia durante o período medieval difere daquele encontrado na Antiguidade, mas é onde encontraremos suas raízes. Antes a magia estava relacionada a uma concepção de mundo onde homens, deuses, os planetas, os elementos, a natureza, os animais, as plantas e tudo mais faziam parte de um todo e que se relacionavam dentro de certa harmonia. Ao decorrer do tempo, e com desenvolvimento do pensamento greco-latino, encontraremos a idéia de magia dividida em três ramos principais: “a teúrgica, contendo um caráter de culto dotado de liturgia própria e envolvendo a aparição do Deus, a mágica, quando a presença divina e a prática se faziam individualmente, e a goética, quando o Deus não se apresenta, mas anima um objeto” (Nogueira 2004: 27). A partir disso, pode-se visualizar as duas tendências para o uso da magia: ajuda sobrenatural em busca de algum tipo de auxílio e proteção (uma magia social e construtiva) ou uma forma de romper com a ordem e a lei estabelecida (uma forma de evasão social). Isso recai no dualismo entre a magia benigna e a magia maligna. Tanto na Grécia quanto na Roma antiga já iremos encontrar leis proibindo a magia com fins maléficos e tornando lícita e até mesmo incentivando a magia benéfica. Na Idade Média, segundo o pensamento agostiniano, tendo Deus como a fonte de todas as coisas, a magia se torna o oposto do milagre uma vez que se entendia que seriam os demônios os responsáveis por tais efeitos mágicos. Dentro da mentalidade cristã, os milagres sempre foram um sinal da presença de Deus, de sua verdade, poder e amor. O Demônio é incapaz de ser detentor de tais atributos divinos. Sendo assim, a prática da magia era condenada como algo diabólico e geralmente associado às práticas pagãs; envolvendo magos, feitiçeiros, bruxas e demais figuras deste universo místico. Estas pessoas podiam manipular a natureza das coisas, mas o princípio de seus poderes seria o engodo, para desviarem as pessoas do verdadeiro caminho cristão e assim poderem capturar almas para o Demônio (Jolly 1996: 86).

<sup>15</sup> O *healsfang* seria um valor equivalente a uma porção do *wergeld* do parente mais próximo de um homem. Se o *wergeld* fosse de 1200 shillings, o *healsfang* seria de 120 shillings aproximadamente.

<sup>16</sup> Na documentação referente às práticas mágicas do período da Inglaterra anglo-saxônica, é muito comum encontrarmos termos como *drycraeft*, *scinlum* e *winglung* relacionadas à feitiçaria, e palavras como *wiccecraft*, *wiccedom* e *wiccungdom* referentes à bruxaria. Entretanto, é comum encontrarmos tais palavras sendo utilizadas indistintamente para ambos os termos, principalmente nas leis anglo-saxônicas

(escritas quase em sua totalidade em idioma vulgar, o inglês antigo). Ainda assim, seria interessante um maior esclarecimento da terminologia, mesmo que de forma breve. A feitiçaria, remontando ao mundo greco-romano, estaria vinculada principalmente a figura feminina nas esferas dos desejos e paixões amorosas. A feiticeira, além de ter conhecimento do uso da magia, atua como intermediadora de casos amorosos; mas também intervém como perfumista e envenenadora (a clássica imagem do período medieval e do Renascimento da feiticeira produzindo tanto venenos quanto filtros mágicos em seu “laboratório”). Exemplos de feiticeiras no mundo clássico seriam as mulheres da Tessália e as filhas de Hécate: Circe e Medéia. Durante a Idade Média, devido às transformações mentais junto às práticas mágicas, a feitiçaria fica exclusivamente relegada à esfera do maligno. A feiticeira não é mais apenas aquela contrária a ordem e aos desígnios do coletivo, mas também passa a estar vinculada agora ao Mal cósmico que envolve toda a tradição cristã. Ela é aquela que está contra a ordem divina. Sobre a bruxaria, podemos dizer que esta estaria ligada especialmente às práticas mágicas rurais e coletivas, que assumem junto ao imaginário de uma coletividade uma atitude passiva, pois a opinião da comunidade é o mais importante para a comprovação de sua existência do que a idéia que faz de si mesma a personagem deste cenário mágico, a bruxa propriamente dita: “*uma bruxa não cumpre ritual algum, não pronuncia encantamentos e não utiliza poções. Um ato de bruxaria é um ato psíquico. (...) Feiticeiras causam dano aos homens através de rituais mágicos e drogas malignas*” (Nogueira 2004: 41 – 63). Podemos dizer que, grosso modo, a bruxaria seria uma qualidade inata, enquanto a feitiçaria envolveria certa “ação”. Mais tarde, as definições de feitiçaria e bruxaria ganharão um maior detalhamento de suas características, em especial a partir das ações dos processos inquisitoriais. Entretanto, para os fins deste artigo, nos limitaremos quanto a sua temática, visto que tais definições mais complexas pertencem a um período bem posterior ao da Inglaterra anglo-saxônica.

<sup>17</sup> Êxodo, capítulo 22, versículo 17: “*Maleficam non patieris vivere*”. [Não deixarás a feiticeira viver].

<sup>18</sup> Em outras palavras, “assassinato”. A morte de alguém de forma declarada não era necessariamente considerado assassinato pelas leis anglo-saxônicas.

<sup>19</sup> *Sermo Lupi ad Anglos*.